



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Unaí-MG, 06 de dezembro de 2022.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 191/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022

BAMAQ S/A - BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.209.965/0001-54, com sede localizada na Rod. BR 381 – Rodovia Fernão Dias, n.º 2.111, Bairro Bandeirantes, no município de Contagem/MG, CEP: 32.240-090, neste ato, devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, interpôs, **TEMPESTIVAMENTE**, conforme dispõe o art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02¹, recurso administrativo contra decisão proferida pelo Pregoeiro, acerca da habilitação da empresa Bonfim Máquinas Agrícolas Ltda. e classificação das empresas Valence Máquinas e Equipamentos Ltda. e Forza Distribuidora Ltda., referente ao **lote nº 05 – Pá Carregadeira**.

I. DOS FATOS

A recorrente alude que com relação ao Pregão Eletrônico, verifica-se que o Pregoeiro responsável pelo certame em comento, entendeu por habilitar a empresa BOMFIM MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., e classificar as empresas VALENCE MÁQUINAS e FORZA DISTRIBUIDORA LTDA., no lote 5 – Pá Carregadeira, sem, contudo, as referidas empresas terem atendido a diversas determinações postas no Edital de Licitação em referência.

¹ XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Destaca que não merece prosperar a Decisão proferida, pelo Pregoeiro que classificou as empresas, em razão desta, não ter cumprido as exigências exaradas no Edital em apreço, conforme a Recorrente passará a expor:

II. SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Para não deixar a decisão prolixa, haja vista os recursos e contrarrazões encontram-se na plataforma, em síntese alega a recorrente que em relação ao produto ofertado pela empresa BONFIM MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., marca LONKING modelo CDM835, possui insuficiência técnica e o equipamento ofertado não é de fabricação nacional. Nesta toada, são os requisitos não atendidos:

- A pá carregadeira não é fabricada no Brasil;
- O edital solicita diâmetro interno do cilindro do motor de 103x132mm enquanto a máquina ofertada é de 105x130mm;
- O Motor não possui a certificação de emissão de gases MAR-1
- O edital solicita, pressão do sistema de no mínimo 190 bar, enquanto a máquina ofertada possui apenas 16Mpa que equivale a 160 bar
- O edital solicita, transmissão powershift, com 4 marchas a frente e 3 marchas a ré, totalmente automática, enquanto a máquina ofertada possui transmissão de controle mecânico e não automático.
- O edital solicita, freios multidisco em banho de óleo, enquanto a máquina ofertada possui freio de pinça única de freio a seco.
- O edital solicita, profundidade de escavação no mínimo de 78mm, enquanto a máquina ofertada possui apenas 40mm de profundidade de escavação.
- O edital solicita, força de desagregação máxima de no mínimo 8.071 kg, mas o folheto técnico apresentado não traz essa informação, de modo que não ter como saber se ele atende a esse quesito.

Além disso, que a empresa, não contempla as revisões do equipamento, que é um dos requisitos do termo de referência, no item 6.3. Confira-se: “6.3 As revisões obrigatórias serão por conta da proponente, inclusive o deslocamento, sendo que as peças e demais elementos serão por conta do município.”

Que a licitante BOMFIM MÁQUINAS, não é concessionária autorizada da LONKUNG, portanto não poderá prestar assistência técnica do equipamento,



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

realizar as revisões tão pouco delegá-lo para terceiro, pois o edital veda essa prática. Veja:
“8.3 Prefeitura de Unaí não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.”

No que tange as empresas VALENCE MÁQUINAS e FORZA DISTRIBUIDORA LTDA., também não atendem ao item 6.3 do termo de referência, (*alhures*), e FORZA não é concessionária autorizada, motivo pelo qual não poderá prestar assistência técnica.

Em relação aos motivos de que empresa BOMFIM MÁQUINAS, não poderá ser habilitada, necessário se faz destacar, que não foram apresentados documentos de habilitação, como RG, CPF ou CNH da Sra. Kátia Bomfim, (conforme preconizado no item 12.3 do edital – acompanhado de documento comprobatório de seus administradores). Veja:

12. - DA HABILITAÇÃO JURIDICA:

12.1. No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.3. No caso Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Neste sentido, colaciona-se o item 15.3 do edital, que veda veementemente o envio de documentos em momento posterior. Veja:

15. DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS

15.1. - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

15.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

15.3. A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

12



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Diz que com as razões acima expostas, somadas ao fato de que a empresa BOMFIM MÁQUINAS não possui ramo de atividade compatível com o fornecimento. A licitante deveria ter entre as atividades da empresa o CNAE 46.62-1-00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças, (conforme preconizado no item 5.10 do edital), e, conforme se denota do cartão CNPJ da empresa, o código adquirido pela empresa é 46.61-3-00, que não é compatível ao certame em questão, uma vez que esse código diz respeito ao Comercio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário: partes e peças. O equipamento em questão, RETROESCAVADEIRA, é da categoria de máquinas de construção, mineração e terraplanagem, o que é facilmente verificado através de seu código de classificação fiscal que é: 84295900. Também não se pode considerar a atividade secundaria (46.14-1-00) representantes comerciais e agentes do comercio de máquinas, pois se trata de atividade de serviço e não de comercio, não sendo possível legalmente um agente comercial efetuar o faturamento da máquina.

Veja:

Nomenclatura Comum do Mercosul NCM	
Classificação NCM	Descrição NCM
84	REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS, E SUAS PARTES
8429	BULLDOZERS, ANGLEDZERS, NIVELADORES, RASPO-TRANSPORTADORES (SCRAPERS), PÁS MECÂNICAS, ESCAVADORES, CARREGADORAS E PÁS CARREGADORAS, COMPACTADORES E ROLOS OU CILINDROS COMPRESSORES, AUTOPROPULSADOS.
84295	PÁS MECÂNICAS ESCAVADORES, CARREGADORAS E PÁS CARREGADORAS:
84295900	Outros

Pelo exposto, denota-se que, as empresas VALENCE MÁQUINAS e BOMFIM MÁQUINAS, não se mostram aptas a serem as vencedoras do certame em comento, por ter deixado de cumprir com vários Itens e/ou exigências dispostas no Edital sub judice, motivo pelo qual a sua desclassificação é algo que se impõe.



**PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

III. DAS CONTRARRAZÕES

Aduz a contrarrazoante que não consta da manifestação nenhuma menção a que a recorrida não seria autorizada pela LONKING e que por isso não poderia prestar o serviço de assistência técnica aos equipamentos ofertados.

Nesse caso, o próprio edital prevê no item 18.2.2 que a falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, fulmina a sua pretensão pela decadência.

E, considerando que não consta na manifestação de intenção de recorrer do recorrente nenhuma menção ao pedido e fundamentos recursais afetos ao suposto e inverídico fato de que a recorrida não seria autorizada pela LONKING e que por isso não poderia prestar o serviço de assistência técnica aos equipamentos ofertados, REQUER o NÃO CONHECIMENTO PARCIAL do recurso sobre este ponto, em razão da manifesta decadência do direito do recorrente.

A recorrente insurge contra a habilitação e classificação da recorrida, alegando suposta violação ao item nº 12.3 do Edital, em razão de supostamente não terem sido apresentados os “documentos comprobatórios dos seus administradores”.

Da simples leitura do dispositivo do Edital apontado como violado, verifica-se que em nenhum momento é exigida a apresentação dos documentos pessoais de quem administra a empresa.

Em sentido diametralmente oposto, a exigência editalícia consiste na apresentação dos documentos comprobatórios da condição de administrador da empresa licitante, o que foi perfeitamente comprovado pela apresentação dos atos constitutivos que indicam expressamente que recorrida é representada e administrada pela Sra. Kátia Bonfim.

Além do fato do edital em nenhum momento mencionar os documentos pessoais do administrador como de apresentação obrigatória nesta fase, a própria plataforma de tramitação do pregão eletrônico em discussão não possui campo próprio para a apresentação desses documentos, o que corrobora a ausência de obrigatoriedade das suas apresentações.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Ademais, ainda que se considere necessária, a título argumentativo, a apresentação dos documentos pessoais do administrador, esta situação seria regulamentada pelo item 11.4 do Edital que prevê a possibilidade de apresentação de documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos no edital:

Isso porque, o fato de não haver sequer menção no edital sobre a obrigatoriedade dos documentos de identificação dos administradores faz com que esses documentos sejam considerados facultativos OU complementares. Sendo assim, a falta de suas apresentações não pode ensejar inabilitação do licitante, sob pena de afronta ao edital.

Em que pese alegar genericamente que o equipamento ofertado não atende aos referidos requisitos, em nenhum momento a recorrente apresenta as razões pelas quais as especificações técnicas da Pá Carregadeira ofertada não supririam a necessidade do ente contratante. Isso porque, as especificidades técnicas evocadas pela recorrente são irrelevantes e impertinentes ao específico objeto do contrato.

Destarte, eventual inabilitação ou desclassificação da recorrida pelo fato do equipamento ofertado não atender as especificidades evocadas pela recorrente, consistiria em exigência impertinente e irrelevante para o objeto específico desta licitação, configurando violação direta à norma do art. 3º, § 1º, I da Lei nº 8.666/90, o que caso venha a se concretizar será certamente objeto de denúncia perante Tribunal de Contas do Estado.

Que a recorrente alega que as atividades exercidas pela recorrida seriam incompatíveis com o objeto da licitação. Nesse sentido, sustenta que o item 5.10 do Edital exigiria que os licitantes tenham CNAE nº 46.62-1-00 – Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças.

Destarte, a recorrente defende que os CNAEs atuais da recorrida, a saber nº 46.61-3-00 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário: partes e peças; e nº 46.14-1-00) – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, não estariam enquadradas no edital.

Neste ponto, destaca a contrarrazoante que da simples leitura do item 5.10 do edital apontado como violado pelo recorrente não se conclui que apenas empresas



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

registradas com CNAE nº 46.62-1-00 possam participar do certame. Essa previsão INEXISTE no Edital.

In casu, o ramo de atividades exercidas pela requerente são perfeitamente compatíveis com o objeto da licitação, tanto que o bem ofertado preenche todos os requisitos pertinentes e indispensáveis ao atendimento da demanda do ente licitante.

Diferentemente do que alega a recorrente, a recorrida é revendedora autorizada da LONKING e detém competência legal e técnica para todo e qualquer serviço de manutenção que o equipamento ofertado venha a oferecer, conforme documento anexo.

Além disso, lembra que o oferecimento de produtos têm o cobrimento das suas garantias como uma imposição legal sobre o fornecedor, e com relação a qual nem ela própria – recorrente, tem poder de controle.

Destarte, a partir do momento em que a recorrida assinar o contrato administrativo objeto desta licitação, responderá, regularmente, pelas obrigações contratuais assumidas, sob as penas previstas em contrato.

Por essas razões, a improcedência deste pedido também é medida que se impõe.

IV. DA ANÁLISE DO PLEITO

Antes de adentrarmos ao mérito, vale ressaltar que a atividade de licitar decorre da necessidade de efetivos controles procedimentais direcionados a salvaguardar os princípios constitucionais que fundamentam a atividade administrativa estatal, zelando pela proteção do patrimônio e moralidade públicos, visando propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões estabelecidos pela Administração.

Assim dispõe o artigo 3º, da Lei 8.666/93, que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Com relação ao previsto para fins de habilitação, verifica-se que em momento algum foi solicitado documentos pessoais dos seus administradores, o entendimento é de que no caso de empresa de responsabilidade limitada a cláusula do contrato social já indica quem são os administradores, sendo requerido documento comprobatório dos administradores, quando o estatuto ou contrato social prevê que a nomeação dos diretores/administradores será feita por eleição, no primeiro caso sendo obrigatório, no segundo a eleição é facultativa.

Com relação ao objeto da recorrida, é imperioso dizer, que buscou a Lei estabelecer a noção de pertinência entre o objeto licitado e o ramo de negócio dos licitantes, a evitar que empresas aventureiras de outro segmento, muitas vezes em regimes ou enquadramentos tributários incompatíveis com o objeto da licitação, participassem de forma indevida do certame. Sendo assim, pressupõe-se que a empresa licitante é do segmento e ramo de atividade, pertinente da mesma natureza do objeto da licitação e a forma desta comprovação é o “objeto social”, constante no Contrato Social, no CNPJ ou na inscrição Estadual/Municipal.

A Lei n. 8.666/1993, bem como a Lei 14.133/2021, no que tange à habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) preveja **expressamente** que o licitante se dedique **especificadamente** à atividade correspondente ao objeto da licitação. Em outras palavras, **não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame**.

Verifica-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica limitam-se “*à comprovação de existência jurídica da pessoa*”.

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, **o que é o caso**, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência **literal** entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

Ou seja, inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são **compatíveis, de maneira geral**, com o objeto que pretende adquirir.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços.

A jurisprudência já se manifestou acerca do tema:

É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante**, com fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, **basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado**, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja **expressamente** prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, deliberou que “só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação” (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário), e que “o objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular”. (Acórdão nº 642/2014 – Plenário)

Os requisitos de habilitação devem ser exigidos nos estritos limites do art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21 e art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93, e estes não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação.

Já no que concerne ao desatendimento da especificação, vale dizer que, ao contrário do que narra a recorrida, as divergências alteram, demasiadamente, a característica do produto que a Administração pretende adquirir, tanto que a recorrida, sequer surgiu em seu socorro, sobre os pontos questionados pela recorrente.

Há que se ressaltar ainda que a Administração deve seguir princípio do julgamento objetivo, consignado nos arts. 44 (“*No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou no convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei*”) e 45 (“*O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle*”).

Zanella di Pietro, explicando este princípio, afirma que, “*Quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital*”.

Aceitar como melhor proposta apenas o melhor preço ofertado, sem que, **concomitantemente**, fosse observado o princípio básico da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, julgamento objetivo e demais disposições aplicáveis à matéria, *seria inovar no processo*.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

É imperiosa a análise das propostas visando precisar seu efetivo atendimento ao instrumento convocatório e às demandas do interesse público. De acordo com o Prof. Marçal Justen Filho:

A economicidade exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. [...] Mas a vantagem não se relaciona apenas e exclusivamente com a questão financeira. O Estado necessita receber prestações satisfatórias, de qualidade adequada. De nada serviria ao Estado pagar valor irrisório para receber objeto imprestável

Segundo José dos Santos Carvalho Filho:

O procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a **melhor proposta** entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico. (MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 2001, p. 188) (*grifamos*)

Dessa forma, entendo haver irregularidade na proposta da empresa recorrida, considero que resulta em ofensa à igualdade e interfere no julgamento objetivo da proposta. Assim, avalio que a proposta de menor valor não é a mais vantajosa, em prestígio ao interesse público.

II. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opino pela **procedência do recurso apresentado de forma parcial.**

- Com relação à empresa BOMFIM MÁQUINAS, julgá-lo procedente, haja vista que a recorrida não cumpriu com especificações mínimas do edital;
- Com relação à segunda colocada VALENCE MÁQUINAS classificar mantendo-se o julgamento e habilitação da licitante, haja vista que preencheu os requisitos estabelecidos e demonstrado



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

de forma exaustivamente, com relação ao que foi atacado pela recorrente.

Contudo, nada obsta a prevalência de entendimento diverso da Autoridade Competente para decisão do mérito, caso sua convicção seja em sentido diverso.

Encaminhe-se à Autoridade Competente para conhecimento e decisão do mérito da demanda, conforme seu juízo de convencimento, a partir das razões recursais, das contrarrazões, da manifestação do pregoeiro e em cumprimento ao artigo 109, § 4º da Lei Federal 8.666/93.

Fabio Vagner de Meneses
Pregoeiro